

Este Congresso está acabando

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Como em contraponto biruta, no mesmo dia em que o Congresso aprovou o regimento interno que viabiliza a revisão constitucional, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em indecorosa decisão por 21 votos contra 14 votos da vergonha, rejeitou o pedido do Supremo Tribunal Federal para processar o deputado Nobel Moura, de notória reputação como aliciador de deputados para o aluguel dos mandatos por temporada ao PSD.

A rejeição não invoca sequer a desculpa da imunidade do mandato. Pois o crime praticado pelo ágil Nobel é de xingamento a juiz eleitoral de Porto Velho, em 89. O rapaz exercita-se há alguns anos.

O enriquecimento do seu prontuário parece mais veloz do que os depósitos nas contas dos anões da Comissão Mista do Orçamento. Tanto que, no embalo de sessão do mais escancarado corporativismo, a mesmíssima Comissão de Justiça, sem uma contração de pejo na cara de pau, recusou um segundo pedido do STF, com diferença ainda maior de 24 votos contra 11 renitentes, para processar o contumaz Nobel por tentativa de homicídio na mesma cidade de suas habituais tropelias.

A Comissão de Justiça da Câmara, pelo visto, anda necessitada de uma CPI. Ou, quem sabe, de um esforço de doutrinação e esclarecimento.

Pelo visto, a maioria da outrora douda e sisuda Comissão de Constituição e Justiça da Câmara não está entendendo nada do que vem acontecendo no país e ainda acredita que o desmoralizado instituto das imunidades deve ser protegido com cuidados de parceiros precavidos, que se resguardam dos azares do presente e dos riscos do futuro.

Ora, pelo menos um razoável número de parlamentares já compreendeu que o repuxo de imundície que se despeja da CPI do Orçamento respinga em todo o Congresso, alcança os outros poderes e é o marco do fim de um modelo. E, portanto, desdobra-se no desafio da sua remontagem. Depressa, urgentissimamente.

O corte é brusco, chocante. Este Congresso não está apenas em final de mandato. Mas é o Congresso que fecha um período e, mergulhado na crise, com a lama no gogó, descobre-se diante da opção de não fazer nada e arrastar a instituição ao fundo ou, num arranque de sensibilidade, reformar profunda e dolorosamente o seu manequim inaproveitável.

Nada mais perigosamente equivocado do que o raciocínio escapista de que basta cassar alguns mandatos, dos mais emporcalhados pela roubalheira exaustivamente demonstrada; para aplacar a indignação da sociedade e esperar que o tempo e o voto enterrem o escândalo nas urnas do esquecimento.

O quadro de descalabro é amplo e complexo. A ponta do fio não deve ser procurada nesta legislatura. A decadência é mais antiga e consolidada, denunciando o apodrecimento de experiência fracassada. Não se trata apenas da prática continuada, repetida e cínica de irregularidades, desde a calhordice dos *pianistas*, fotografados votando pelo provável cúmplice da tramóia; da madraçaria da semana com dois dias úteis; do plenário às moscas; da falta de compostura dos cada vez mais frequentes surrus da radicalização; da baixaria das agressões e dos insultos em calão.

Lá no fundo negro da crise institucional, este Congresso contorce-se, como cobra ferida na cauda, picada pelo próprio veneno do doloroso reconhecimento da sua ineficiência. E da convicção que se vai alastrando para os índices consensuais de que seu modelo não tem salvação. Esgotou-se, exauriu-se, deu o que podia e não foi grande coisa.

Moralizar as patifarias da Comissão de Orçamento não vai além de operação de emergência que prolonga a agonia do desenganado terminal. Um mutirão, uma verdadeira cruzada para reabilitar o Legislativo, deve partir de dura análise crítica e de definição de prioridades na ocasião única da revisão constitucional.

Parece mais fácil apontar as distorções mais gritantes do que articular a aprovação de corretivos. O Congresso está doente de gigantismo. Desde o exagero perdulário de espaço da sua concepção arquitetônica, de belas linhas, mas sem a mínima funcionalidade, ao inchaço do seu funcionalismo, maior do que o de prefeituras de municípios médios. O exemplo da gráfica do Senado, com o disparate dos seus 5 mil funcionários, des-

moraliza o quadro de servidores do Legislativo, ressaltadas a competência e a dedicação dos que de fato têm o que fazer.

O emagrecimento deveria principiar pelos próprios parlamentares. Na cadeia de espertezas e casuísmos, Câmara e Senado inflaram como balões doces. É evidente que não há justificativa para os 503 deputados que não vão à Câmara nem conhecem os deveres do mandato. Com a metade, eleita pelo sistema de voto distrital misto, a Câmara funcionaria melhor, com mais agilidade e mais exposta à cobrança do eleitor. Dos três senadores por Estado, certamente o corte de um terço ajudaria o Senado a encontrar o equilíbrio que está ameaçado pela queda preocupante da qualidade da representação. Mandatos de oito anos para senadores e de quatro para deputados pedem uma poda radical. Dá para fazer pela metade, incentivando a renovação, barateando as campanhas.

Agora o na próxima crise, desdobramento desta, o Congresso terá que enfrentar seus verdadeiros problemas. Do contrário, mais dia menos dia, a casa, com a estrutura roída pelo cupim, virá abaixo.

O que mais se espera? Recomenda-se uma atenta releitura os índices da última pesquisa do Ibope. Lá está o alta: 58% dos entrevistados condenam os políticos brasileiros como os mais corruptos do mundo; 57% chamam que o Congresso que derrubou Collor é tão corrupto quanto o ex-presidente; 82% não confiam os políticos; 76% desprezam os partidos e 60% ximam o Congresso de inconfiável.

E então? Pior do que isso só a descompostura do voto. Aستا, programada para 3 de outubro de 94.

**Pelo visto,
a Comissão
de Justiça
da Câmara
também anda
necessitando
de uma CPI.**